

AC ACE

CNF

73954/90

1







AFFONSO CAMARGODívida Externa

Honrar os compromissos dentro das disponibilidades do País.  
Ajuste do principal da dívida aos valores atualizados pelo mercado secundário de títulos.

O serviço da dívida não ultrapassará 2% do PIB.

Aplicação das taxas de juros equivalentes às do período em que o endividamento foi estimulado pelos credores ( 5 a 7% ao ano).

Política Salarial

Aumento da renda pessoal disponível, através de ajuste fiscal, repartindo os encargos tributários de forma equânime.

Aumento do teto salarial isento de imposto de renda, de modo a aliviar o incidente sobre o salário.

Melhor remuneração dos servidores públicos, ajustando-a à média do mercado de trabalho.

Inflação

Com a redução das dívidas Interna e Externa, se conseguirá estabilizar a economia do País em busca de uma taxa de inflação próxima de zero com uma taxa de câmbio estável.

Gastos Públicos

Redução do estoque da dívida interna.

Emissão de moeda até o limite do crescimento do PIB.

Eliminação dos subsídios e incentivos fiscais.

Aplicação dos excessos de arrecadação.

Outras propostas econômicas

- Estímulo à vinda de novos capitais externos, através da retomada do crescimento.
- Ampliação da malha viária para o escoamento da produção.
- Priorizar os investimentos no campo.
- Apoio às pequenas e médias empresas para que se capitalizem, paguem melhores salários e ampliem a oferta de empregos.
- Expandir o comércio externo.

## AURELIANO CLAVES

### Gastos Públicos

Execução de uma política de gastos eficaz e equilibrada, austera e não inflacionária.

Formulação e execução de uma política tributária que, além de fonte de financiamento da despesa pública, promova uma melhor distribuição da renda e da riqueza, mediante uma adequada taxaço dos ganhos de capital, bem como a correção das disparidades regionais e o fortalecimento do federalismo.

### Política Cambial

Gestão da política cambial e de comércio externo, objetivando a ampliar os níveis de troca e assegurar o equilíbrio no balanço de pagamento, tendo sempre em conta evitar-se a escassez ou a desestabilização do mercado interno.

### Política Industrial

Formulação e execução de uma política industrial voltada para o exercício do equilíbrio entre o fortalecimento do mercado interno e a expansão das exportações, para a elevação dos níveis de produtividade e para a desconcentração regional.

Concessão de tratamento favorecido à pequena e média empresa nacional.

Valorização do papel econômico-social das microempresas e reconhecimento dos setores informais da economia.

### Outras propostas econômicas

- Diminuição da intervenção do Estado na propriedade e nas relações econômicas, de modo a que se abra espaço à maior participação da sociedade e o Estado não continue a arcar com investimentos próprios da iniciativa privada e outros encargos que agravam os déficits governamentais.

- Promoção de maior facilidade para o acesso à propriedade, rural ou urbana, destinada à moradia ou à produção.

- Política energética orientada para o aproveitamento dos nossos recursos naturais, bem como para a auto-suficiência.

\*

\*

\*

FERNANDO COLLOR DE MELODívida Externa

Renegociação descentralizada, tratada caso a caso com os credores, com uma proposta de adoção de uma taxa de juros de 4% ao ano.

O aval da União será retirado no tocante aos empréstimos concedidos a empresas ou aos Governos Municipais e Estaduais. O Tesouro Nacional cuidará apenas de seus próprios débitos.

O BRASIL deve apresentar um projeto de crescimento internamente definido, não subordinado previamente a normas formuladas no exterior. Só negociará o pagamento do que for possível, depois de garantir o crescimento da economia.

Gastos Públicos

A redução dos gastos públicos e o aumento da receita governamental serão frutos da adoção de uma reforma administrativa que prevê substancial redução no número de ministérios, o que permitirá a efetuação de um corte drástico em despesas com altos funcionários.

Uma reforma fiscal, com a modernização dos órgãos arrecadadores, combaterá a sonegação. Serão simplificadas as normas para cumprimento das obrigações fiscais pelos contribuintes, bem como revista a legislação tributária.

Já uma reforma patrimonial agilizará o processo de privatização, reprivatização e a privatização dos novos investimentos em áreas de energia, transporte e comunicação, que deverão contar com o capital privado nacional e externo.

Inflação

Não adoção de "choques" e sacrifícios aos assalariados.

Serão promovidos cortes drásticos nas despesas do Governo, bem como elevados os impostos.

Foi estipulada como meta a redução da inflação mensal para 3% ao mês, após 18 meses de Governo, desde que o atual Governo deixe uma reserva de US\$ 10 bilhões.

Política Salarial

Manutenção da atual legislação, liberando as negociações na medida em que a inflação caia. No tocante ao salário-mínimo, tenciona garantir o seu crescimento real, triplicando-o durante o período de Governo.

\* \* \*



GUILHERME AFIF DOMINGOSDívida Externa

Renegociação da dívida externa, conduzida com bases técnicas e políticas, reduzindo as taxas de juros e o principal.

Os reembolsos estarão atrelados ao aumento do PIB.

Não haverá confrontos. Declara-se, inclusive, esperança de obter novos empréstimos.

Serão atraídos investimentos e capital de risco, do exterior.

Incentivo à troca de títulos da dívida por ações da "holding" do Tesouro Nacional, envolvendo perdas para os credores, de acordo com a cotação dos títulos no mercado secundário.

Os países devedores devem discutir suas dívidas em separado, pois não se tenciona integrar problemas.

Gastos Públicos

Fim a todos os subsídios que contemplem a ineficiência de alguns setores ou os lucros de alguns grupos econômicos. Levantar-se-á em conta, todavia, o aumento no grau de bem-estar da sociedade.

Desmobilização de patrimônio e o equacionamento dos gastos públicos, prevendo-se privatizações maciças.

Os serviços públicos de eletricidade, transporte e infra-estrutura podem ser privatizados, mediante concessão ao setor privado, ficando para o Estado a obrigação de investir em áreas como saneamento básico, educação e saúde.

Descentralização dos gastos públicos para os Estados e Municípios.

Desativação dos projetos públicos não prioritários.

"Enxugamento" da máquina federal, com redução no número de ministérios e ocupação racional dos funcionários.

Reforma tributária, dando ênfase ao Imposto de Renda, uma vez que os impostos indiretos penalizam igualmente pobres e ricos. Aumentar-se-ia, a arrecadação, ao simplificar e tornar o siste

9

ma eficiente, sem contudo aumentar a alíquota dos tributos.

Equacionamento da dívida interna e uma política de fixa  
ção da taxa de juros.

### Inflação

Adoção de um plano de emergência, durante os primeiros 18 meses de Governo, sem sacrificar as classes mais carentes, que serão beneficiadas com cestas básicas de alimentos e remédios.

### Política Salarial

O Governo ficaria fora das negociações salariais, deixando os reajustes para acordos entre sindicatos e empresários.

Para mudar o perfil da distribuição de renda no País, em um primeiro estágio, seriam mais bem distribuídas as oportunida  
des voltadas para educação e saúde.

O estímulo à concorrência de mercado, inclusive a exter  
na, fará com que a empresa se modernize e invista, pois quanto mais moderna for a empresa, melhor remunerará a mão-de-obra.

### Outras propostas econômicas

- Modificação nas leis de reserva de mercado nas áreas de Tecnologia e Informática, viabilizando o acesso à tecnologia de última geração.

- Mudança do regime monetário, criando uma moeda forte e um Banco Central independente.

- Municipalização dos tributos das pequenas e microem  
presas e dos recursos do FGTS.

- Garantia de preços para o produtor agrícola, com a eliminação do atravessador.

- Investir em pesquisa e tecnologia para aumentar a produtividade.

LEONEL DE MOURA BRIZOLADívida Externa

Pode optar por uma moratória durante o período necessário à realização de uma auditoria nas contas externas.

Apesar de querer evitar o "calote", pretende pagar segundo as disponibilidades do País, estabelecendo como limite para a transferência de juros 15% do saldo comercial. O pagamento deverá ocorrer num período entre 40 e 50 anos.

Desvinculação do pagamento dos juros da dívida das taxas da Prime e da Libor, fixando-os em 4% ao ano.

Política Salarial

Não promete aumentar os salários, mas reajustá-los a fim de evitar que sejam diluídos pela inflação.

A fim de estimular a manutenção do emprego, tenciona criar uma lei obrigando as empresas a pagarem 03 avisos prévios, além do estipulado pela Constituição, aos funcionários demitidos.

Gastos Públicos

Criação de um superávit fiscal de 2,5 a 3% do PIB, através da renegociação da Dívida Interna.

Alongar o perfil da Dívida Interna, trocando títulos com vencimentos de curto prazo por títulos de 04 a 06 anos de validade, com garantias extremas.

Elevação de todos os preços das tarifas públicas.

Privatização de todos os segmentos não estratégicos, segundo a atual Constituição.

Suspensão de todos os incentivos e subsídios diretos e indiretos, fiscais, creditícios e de preços.

Inflação

Adoção de um violento choque fiscal, com aumento na fiscalização e no combate à sonegação.

Os impostos poderão ser aumentados.

### Outras propostas econômicas

- Aplicar 0,7% do PIB em ferrovias, 1,5% no setor de energia elétrica, 1% em telecomunicação, 0,5% no parque viário e 30% em saúde, educação e transporte.

- Bloqueio na expansão dos meios de pagamento, através da elevação na taxa de juros real.

- Centralização de todos os caixas da Administração Direta e Indireta, bem como das instituições financeiras governamentais, nas mãos do Ministro da Fazenda.

- Descentralizar o desenvolvimento, hoje concentrado na Região Sudeste, para todo o País, através de investimentos em infra-estrutura regional.

### OBSERVAÇÃO

O PDT encontra-se dividido entre a proposta liberalizante do Assessor Econômico CÉSAR MAIA e a do Prof ROBERTO MANGABEIRA UNGER, que segue em direção oposta. BRIZOLA silencia sobre sua decisão. Os eleitores ficam numa situação desconfortável, sem saber quais as reais intenções do candidato.

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVADívida Externa

Suspensão dos pagamentos da dívida externa.

Realização de auditoria para cada contrato. Os que forem considerados legais serão, ainda, submetidos à negociação pelo Governo brasileiro, que poderia vir a recomprar dívidas vencidas com desconto.

Convocação de uma Conferência Internacional dos Países Devedores, antes da renegociação.

Com a eliminação do "excesso da dívida" será possível criar um Fundo de Investimentos Sociais.

Inflação

Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a fim de garantir a cesta básica da população.

Convencer os empresários a tabelar suas margens de lucro, sob o controle do Governo.

Política Salarial

Implementação de uma política de renda, objetivando diminuir as desigualdades regionais e salariais.

Criação de uma política salarial com reposição automática das perdas acumuladas. Dobrar o salário-mínimo no 1º ano de Governo.

Livre negociação salarial, estimulando-se uma maior organização sindical das classes trabalhadoras.

Em 5 anos de governo, pretende fazer o salário-mínimo chegar a US\$ 600.

Gastos Públicos

Revisão dos incentivos fiscais, favorecendo os produtos destinados ao mercado interno.

Subsídios apenas aos setores de alta tecnologia, de construção de casas populares e alimentos.

Combate ao empreguismo e ao clientelismo, reformando a máquina do Estado, sem contudo diminuí-la.

Combate à dívida interna, com redução nas taxas do "open market". Não pretende, contudo, aplicar o "calote".

Recuperar a capacidade de investimento do Estado.

Outras propostas econômicas

- Adoção de uma política industrial e tecnológica.
- Criação de mecanismos que permitam o aumento das importações de bens produzidos internamente por grupos cartelizados.
- Manutenção da reserva de mercado para informática.
- Criação de uma Política de Desenvolvimento e extensão agrícola em benefício dos pequenos e médios produtores.
- Política agrícola que priorize o abastecimento interno.
- Implantação de uma reforma agrária, admitindo realizá-la em terras produtivas, desde que julgue ser de interesse social, fixando o homem nos locais próximos às suas residências.

MÁRIO COVASDívida Externa

Redução da dívida externa ao valor do mercado secundário, com reembolso por percentual das exportações. A redução da dívida será superior a 50% do atual valor nominal.

Não descarta desde uma eventual moratória, até as várias formas de securitização da dívida.

Devem-se encorajar ações multilaterais organizadas pelos países devedores.

Rechaça qualquer relação entre a dívida externa e o meio ambiente.

Gastos Públicos

Cortes drásticos em subsídios e isenções fiscais, aumentando a receita tributária.

Admite incentivos apenas a empresas geradoras de emprego ou de novas tecnologias, mesmo assim por tempo limitado.

Desestatização de 182 empresas.

Criação de um fundo de privatização, onde se colocariam ações de empresas privatizáveis, que poderiam ser trocadas por títulos da dívida pública.

Renegociação da dívida interna, após conter a inflação, buscando fortalecer o mercado de capitais e alongar o perfil dos pagamentos concentrados hoje em papéis de curto prazo.

Somente preencher 50% dos cargos públicos que vierem a vagar, "enxugando" o pessoal, sem promover demissões.

Política Salarial

Livre negociação entre sindicatos e empresas, cabendo ao Governo apenas definir o piso salarial:

Uma política salarial seria definida pelo Governo para os funcionários públicos e para o salário-mínimo.

Criação de um Programa especial de trabalho para as populações à margem do mercado formal.

## Inflação

Pacto social entre empresários e sindicatos para segurar preços, salários e o câmbio.

Política monetária de contenção, com juros reais positivos, contingenciamento do crédito e limite a subsídios creditícios.

### Outras propostas econômicas

- Participação do capital estrangeiro (necessário para efeito de poupança e tecnologia).

- A concessão de apoio oficial a empresas será proporcional ao desempenho tecnológico (aumento da produtividade sem perda da qualidade).

- Em sua política agrícola, tenciona efetuar uma revisão ampla do financiamento da economia, numa forma de articulação entre o Estado e o Setor Privado, visando a chamar de volta fontes privadas de financiamento para a formação de estoque estratégicos, para facilitar a construção de armazéns e para os demais investimentos rurais.

- As decisões gerenciais fundamentais serão tomadas a nível empresarial, o que facilitará a suspensão do apoio oficial no caso de os requisitos de desempenho não serem atendidos.

- Favorável à implantação de um "Mercado Comum", na integração da América Latina.

- Investirá na manutenção da malha rodoviária.

\* \* \*



PAULO SALIM MAIUFDívida Externa

Suspender o pagamento após sua posse, para então renegociar a dívida externa pelo seu valor no mercado secundário (cerca de 40% do valor contabilizando pelos bancos credores).

Nas negociações, admite ter ao lado do BRASIL a participação de empresas multinacionais com interesses de investimentos no País.

Inflação

Decretar um congelamento de preços e salários por 60 dias. Caso contrário, cortará os gastos, liberará o câmbio e permitirá que qualquer pessoa tenha depósitos em moeda estrangeira nos bancos do País.

Conseguir controlar a inflação dentro de 03 a 06 meses de Governo.

Gastos Públicos

Eliminação de subsídios e incentivos, preservando-se apenas os regionais (SUDAM e SUDENE), e o tipo exportação.

Subsídios que sirvam somente para diminuir os preços serão extintos. Manterá apenas os que gerem empregos.

Privatização da maioria das empresas estatais, começando pelas hidrelétricas. Estatais que estiverem trabalhando "no vermelho" serão fechadas, à exceção das que atuam no campo energético. Seriam emitidas ações preferenciais e ordinárias para que a grande população pudesse participar, através da compra de cotas limitadas.

Honrar a dívida interna.

Demissão de funcionários com duplo emprego público ou "fantasmas".

Política Salarial

Livre negociação entre empresas e sindicatos.

Isenção do Imposto de Renda para as pessoas que ganham até 20 salários-mínimos.

Outras propostas econômicas

- Redução do Imposto sobre o Lucro, quando este for reapli-  
cado na economia nacional.

- Revogação do Artigo Constitucional que tabelou os juros  
em 12% ao ano.

- Incentivar investimentos através de capital estrangeiro.

- Na agricultura, incentivará quem já produz, reorientan-  
do investimentos para esse setor. Não criará recursos e sim os  
atrairá para a atividade produtiva.

\* \* \*

ROBERTO FREIREDívida Externa

O PCB acha que ela é impagável e que para solucionar o problema é necessário a moratória dos pagamentos de juros e amortizações durante o tempo em que durar em as negociações.

O partido trabalhará para a incorporação do conceito "deságio" no estoque da dívida nos níveis sinalizados pelo mercado financeiro internacional.

Procurará fugir das taxas de juros flutuantes e levará à discussão o conceito de taxa de juros real igual a zero.

Eliminação dos "spreads", das comissões e demais despesas a isso vinculadas.

Gastos Públicos

Será proposta ao Congresso Nacional uma nova política de endividamento público, em que os papéis do Governo deverão ter uma taxa de juros que permita um triplo papel: instrumento eficaz de política monetária, estimulador de novos investimentos e agente regulador das transferências de renda.

O Governo discutirá uma nova política de subsídios e incentivos fiscais, de forma a cumprir seu papel de estimulador da atividade econômica e protetor das camadas de mais baixa renda.

Alongamento da dívida interna.

Combate rigoroso à sonegação fiscal.

Aumento da carga tributária líquida, via diminuição das transferências.

Austeridade e controle rigoroso das despesas totais, especialmente as de custeio, bem como a exigência de eficiência por parte do setor público.

Política Salarial

Concederá um abono salarial de 20% para quem ganha até 10 salários-mínimos e de 10% para quem percebe acima de 10.

Fixaria uma indexação para correção mensal de salários, a fim de manter o poder de compra dos trabalhadores e buscaria proteger a cesta básica dos assalariados.

Outras propostas econômicas

- Haverá um novo tratamento para as altas taxas de juros que vêm sendo praticadas no mercado.
- Investirá esforços no combate à economia informal.
- Estatizará as empresas e os serviços essenciais. Possibilidade de estatização dos bancos.

Dívida Externa

Não cogita declarar a moratória, defendendo a renegociação do serviço da dívida. Pretende recalcular os juros de 12% ao ano pela taxa de 6% ao ano. Neste caso, a dívida atual será reduzida, pelo menos no que tange às obrigações, de 12 a 18 bilhões de dólares para algo em torno de 5 ou 6 bilhões de dólares anuais.

Outra solução é admitir a entrada de capitais de risco para projetos novos, de interesse mútuo, com as vantagens mútuas de divisão do percentual de deságio.

Política Salarial

Pretende estabelecer uma política salarial que proteja os menores salários (1 a 3 salários-mínimos) dos efeitos da inflação e, a médio prazo, atribuir-lhes um ganho real que eleve o poder de compra da sociedade como um todo.

Gastos Públicos

Privatização de setores ditos não essenciais (elétrico e comunicações). Não pretende privatizar a PETROBRÁS.

Aumento da arrecadação (investimentos oriundos do capital externo) e incorporação de novos contribuintes pelo alívio da carga tributária.

Defende a manutenção dos subsídios e incentivos fiscais "principalmente para a produção agrícola", realizando auditorias que identifiquem eventuais abusos. No caso dos subsídios a serem mantidos, serão sustentados a partir de tributação maior sobre bebidas e cigarro." O excedente seria convertido em incentivos fiscais".

Inflação

A inflação será combatida através do aumento da oferta de alimentos, com o Projeto Celeiro e a eliminação do déficit público.

Outras propostas econômicas

- Descentralização da economia: autonomia às autarquias federais para que os entraves da política econômica sejam resolvidos sem

burocracia.

- Autonomia de recursos e de decisão. Exemplo: maior autonomia do BANCO DO BRASIL no crédito agrícola.

- Considera nociva, em princípio, a reserva de mercado. A importação de bens de capital e serviços trará à economia brasileira maior competitividade. A medida funcionará como um pólo de atração do capital externo, que se encontra longe do País atualmente.

- Revigoração do BNH.

- Preservação do PROÁLCOOL, ampliando-o a níveis de conquistar a auto-suficiência energética e produzir excedentes para exportação.

- Reforma agrária racional, em terras não produtivas.

- Implantação de ZPEs que fixarão o homem no Nordeste e aliviará a dívida externa.

ULYSSES GUIMARÃESDívida Externa

Num primeiro estágio, será suspenso o pagamento da dívida, principalmente se o atual Governo deixar o País com reservas muito baixas. Contudo, a intenção é renegociar com os credores a uma taxa de juros fixa de 6% ao ano.

Promoção de um abatimento no que se tem de pagar, respaldada em decisão do Congresso Nacional. O pagamento será compatível com as disponibilidades do País.

Realizará uma auditoria da dívida, a fim de negociar com competência.

Inflação

Congelamento imediato de preços e salários para fazer a inflação baixar para 2% ao mês, em 30 dias.

Nos seis meses seguintes, tenciona aumentar a base onde incidem os impostos para elevar a arrecadação em até 50%.

Controle rígido da expansão monetária ampliada, que inclui os ativos financeiros de alta liquidez, além dos meios de pagamentos convencionais.

Firmeza e austeridade na execução orçamentária, com rigorosa contenção de gastos.

Política Salarial

Manter os salários sob a tutela do Governo, até que os sindicatos se tornem fortes.

Recuperação dos salários, após vencida a luta contra a inflação.

Gastos Públicos

Renegociar a dívida interna.

Criar um imposto para o mercado financeiro, formando um fundo de investimento para cobrir obras públicas.

Combate à sonegação fiscal.

Suspensão temporária dos incentivos fiscais.

Modernização do Estado, através do "enxugamento" da máquina administrativa.

Sistema tributário com uma ampla base de incidência.

Outras propostas econômicas

- O BRASIL deve elevar seus níveis de reserva monetária, sem entretanto descuidar-se da renovação do parque industrial (através da importação de máquinas), hoje obsoleto.
- Direcionamento da poupança para o investimento produtivo.
- Criação de um sistema financeiro com crédito de longo prazo e juros reduzidos. Objetiva acabar com a especulação.
- Reformulação da política monetária do BANCO CENTRAL, com a criação de uma moeda estável.

\* \* \*



## QUADRO RESUMO COMPARATIVO

	COLLOR	BRIZOLA	LULA	COVAS	MALUF	AFIF
INFLAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não adoção de "chocques" que penalizem os assalariados</li> <li>- Cortes nas despesas e elevação dos impostos.</li> <li>- Redução da taxa de inflação mensal para 3%, após 18 meses de governo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoção de um violento choque fiscal, com aumento na fiscalização e no combate à sonegação.</li> <li>- Os impostos poderão ser aumentados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, garantindo a cesta básica da população.</li> <li>- Convencer empresários a tabelar suas margens de lucro, sob o controle do governo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pacto social entre empresários e sindicatos, para segurar preços, salários e câmbio.</li> <li>- Política monetária de contenção, com juros reais positivos, limitando crédito e os subsídios creditícios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Congelamento de preços e salários por 60 dias. Caso contrário, cortará os gastos e liberará o câmbio, permitindo depósitos em moeda estrangeira nos bancos do País.</li> <li>- Controlar a inflação dentro de 03 a 06 meses de governo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adoção de um Plano de Emergência nos primeiros 18 meses de governo.</li> <li>- Instituir cestas básicas de alimentos e remédios para as classes mais carentes.</li> </ul>
GASTOS PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforma administrativa reduzindo o número de Ministérios.</li> <li>- Reforma Fiscal, no demarcando os órgãos arrecadadores e combatendo a sonegação.</li> <li>- Privatizações nas áreas de energia, transporte e comunicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Renegociação da Dívida Interna, alongando o seu perfil.</li> <li>- Elevação de todos os preços das tarifas públicas</li> <li>- Suspensão de todos os subsídios e incentivos.</li> <li>- Privatização de todos os segmentos não estratégicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Subsídios apenas aos setores de alta tecnologia, de construção de casas populares e alimentos.</li> <li>- Revisão dos incentivos fiscais, favorecendo produtos destinados ao mercado interno.</li> <li>- Reformular a máquina estatal.</li> <li>- Combate à dívida interna, reduzindo as taxas de "open market".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cortes drásticos em subsídios e isenções fiscais.</li> <li>- Incentivos, por tempo limitado, apenas a empresas geradoras de emprego ou de novas tecnologias.</li> <li>- Desestatizar 182 empresas.</li> <li>- Alongar o perfil dos pagamentos da dívida interna, após conter a inflação.</li> <li>- Somente preencher 50% dos cargos públicos que vierem a vazar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preservar apenas os subsídios e incentivos regionais (SUDAM e SUDENE) e os do tipo exportação.</li> <li>- Privatização da maioria das estatais.</li> <li>- Fechamento das estatais que estiverem trabalhando "no vermelho", excetuando as que atuam no campo energético.</li> <li>- Honrar a dívida interna.</li> <li>- Demissão de funcionários com duplo em prego ou "fantasmas".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Estado investirá em saneamento básico, educação e saúde.</li> <li>- Privatizações nos serviços de eletricidade, transporte e infra-estrutura.</li> <li>- Descentralização dos gastos para os Estados e municípios.</li> <li>- Reforma tributária, ampliando a base, sem aumentar alíquotas.</li> <li>- Equacionamento da dívida interna.</li> <li>- Fim dos subsídios que não visem ao bem-estar social.</li> </ul>
DÍVIDA EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Renegociação descentralizada, propondo uma taxa de juros de 4% a.a.</li> <li>- Retirada do aval da União aos empréstimos concedidos a empresas e governos Estaduais e Municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moratória durante o período em que realizará auditoria nas contas externas.</li> <li>- Estabelecer como limite para transferência de juros 15% do saldo comercial.</li> <li>- Desvincular das taxas da Prime e da Libor o pagamento dos juros, fixando-os em 4% a.a.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convocação de uma Conferência Internacional dos Países Devedores, antes da renegociação.</li> <li>- Declarar a moratória.</li> <li>- Realizar auditoria para cada contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da dívida ao seu valor do mercado secundário.</li> <li>- Admite desde a moratória até as várias formas de securitização da dívida.</li> <li>- Encoraja ações multilaterais pelos países devedores.</li> <li>- Recusa qualquer relação entre a dívida e o meio-ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Suspender o pagamento, para então negociar pelo seu valor no mercado secundário.</li> <li>- Admite ter ao lado do BRASIL a participação de multinacionais interessadas em investir no País, quando das negociações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Renegociação pelo valor da dívida no mercado secundário.</li> <li>- Reembolsos atrelados ao PIB.</li> <li>- Países devedores devem discutir suas dívidas em separado.</li> <li>- Serão atraídos investimentos e capital de risco, do exterior.</li> </ul>

F I M M